

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TRAQUELECTOMIA

Por este instrumento particular o (a) paciente _____ ou seu responsável Sr. (a) _____, declara, para todos os fins legais, especialmente do disposto no artigo 39, VI, da Lei 8.078/90 que dá plena autorização ao (à) médico(a) assistente, Dr.(a) _____, inscrito(a) no CRM- _____ sob o nº para proceder as investigações necessárias ao diagnóstico do seu estado de saúde, bem como executar o tratamento cirúrgico designado “TRAQUELECTOMIA”, e todos os procedimentos que o incluem, inclusive anestésias ou outras condutas médicas que tal tratamento médico possa requerer, podendo o referido profissional valer-se do auxílio de outros profissionais de saúde. Declara, outrossim, que o referido (a) médico (a), atendendo ao disposto nos arts. 22º e 34º do Código de Ética Médica e no art. 9º da Lei 8.078/90 (abaixo transcritos) e após a apresentação de métodos alternativos, sugeriu o tratamento médico cirúrgico anteriormente citado, prestando informações detalhadas sobre o diagnóstico e sobre os procedimentos a serem adotados no tratamento sugerido e ora autorizado, especialmente as que se seguem:

Princípios e Indicações:

O procedimento: TRAQUELECTOMIA tem indicação para o tratamento de lesões intraepiteliais de alto grau em colo uterino, sendo avaliadas previamente, por exame colpocitológico oncológico, colposcopia e biópsia dirigida, eventualmente para câncer do colo uterino, em determinados estágios deste e situações de exceções que cabe ao médico assistente defini-las. Pode ser realizada com anestesia geral endovenosa, local ou peridural, com duração de aproximadamente 20 minutos. Pode haver necessidade de dilatação do colo uterino para realização do procedimento com mais segurança. Ocasionalmente pode ser possível o emprego de pontos intra vaginais (no colo uterino) a fim de conter eventuais sangramentos que se façam presentes no momento da cirurgia. Também, eventualmente, torna-se necessário a colocação de tamponamento vaginal, com compressas de gazes e/ou outros afins para contenção de possíveis sangramentos que, advém ao ato cirúrgico.

Pós-Operatório e Complicações:

Geralmente apresenta cólicas abdominais (pela manipulação) que melhoram facilmente com medicação. A alta ocorre após a recuperação da anestesia, geralmente 2 a 3 horas após procedimento. As complicações são: risco anestésico infecção uterina, lesão do tato urinário com lesão em bexiga. Fechamento de canal endocervical, lesão intestinal, hemorragias, febre, margens comprometidas pela lesão não retiradas ao ato cirúrgico em virtude do tamanho e extensão da mesma.

CBHPM – 31.30.31.5-3

CID – N 87.1

Declaro ainda, ter lido as informações contidas no presente instrumento, as quais entendeu perfeitamente e aceitou, compromissando-se respeitar integralmente as instruções fornecidas pelo(a) médico(a), estando ciente de que sua não observância poderá acarretar riscos e efeitos colaterais a si (ou ao paciente).

Declaro, igualmente, estar ciente de que o tratamento adotado **não assegura a garantia de cura**, e que a evolução da doença e do tratamento podem obrigar o (a) médico (a) a modificar as condutas inicialmente propostas, sendo que, neste caso, fica o(a) mesmo(a) autorizado(a), desde já, a tomar providências necessárias para tentar a solução dos problemas surgidos, segundo seu julgamento.

Finalmente, declaro ter sido informado a respeito de métodos terapêuticos alternativos e estar atendido em suas dúvidas e questões, através de linguagem clara e acessível. Assim, tendo lido, entendido e aceito as explicações sobre os mais comuns RISCOS E COMPLICAÇÕES deste procedimento, expressa seu pleno consentimento para sua realização.

Campos dos Goytacazes (RJ) _____ de _____ de _____.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TRAQUELECTOMIA

Ass. Paciente e/ou Responsável

Ass. Medico Assistente

Nome: _____

RG/CPF: _____

Nome: _____

CRM: _____ UF: _____

Testemunhas

Nome/RG

Nome/RG

Código de Ética Médica – Art. 22º. É vedado ao médico deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte.
Art. 34º. É vedado ao médico deixar de informar ao paciente o diagnóstico, o prognóstico, os riscos e os objetivos do tratamento, salvo quando a comunicação direta possa lhe provocar dano, devendo, nesse caso, fazer a comunicação a seu representante legal.

Lei 8.078 de 11/09/1990 – Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: Art. 9º - O fornecedor de produtos ou serviços potencialmente perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto. Art. 39º - É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços dentre outras práticas abusivas: VI – executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.